



COMUNICADO

Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz - Bienal de Luanda

18-22 de Setembro de 2019

Luanda, República de Angola, 22 de setembro de 2019

O Governo de Angola, a União Africana e a UNESCO organizaram de 18 a 22 de Setembro de 2019, a primeira edição da Bienal de Luanda – Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz. Durante cinco dias juntaram-se na capital de Angola mais de 800 participantes e delegados representando 17 delegações oficiais de diferentes países, bem como representantes de governos, da sociedade civil, do sector privado, de organizações internacionais em África e a sua diáspora e em outras regiões do mundo das áreas das artes e ciências, investigação e ensino.

Reconhecendo os esforços investidos na organização deste evento, os participantes da Bienal de Luanda gostariam de agradecer aos organizadores e seus parceiros e felicitá-los pelo sucesso deste Fórum.

Observando o exposto, os participantes da Bienal de Luanda:

1. Concordam que o Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, como alavanca da paz e do desenvolvimento, centrado na dimensão humana e ancorado em aspirações e padrões universais de promoção dos direitos humanos, ocorra a cada dois anos.
2. Convidam a União Africana e a UNESCO a empreender acções visando a operacionalização das recomendações decorrentes deste Fórum.
3. Solicitam o apoio dos governos dos Estados Membros africanos e dos países da diáspora africana para que tomem medidas em prol da Cultura da Paz a nível nacional e local.
4. Incentivam as comunidades económicas regionais, as instituições académicas e associações profissionais, as organizações internacionais, o sector privado, a sociedade civil, os filantropos e personalidades influentes no Continente e no exterior a aderirem a este movimento, a fim de

mobilizar esforços e recursos, e construir uma aliança de parceiros múltipla para o empoderamento do povo africano, visando a transformação positiva das sociedades africanas.

5. Reconhecem o papel de liderança do Presidente de Angola, Sua Excelência, João Manuel Gonçalves Lourenço, por acolher o evento e mobilizar Chefes de Estado em apoio a este movimento, e, solicitam, o seu apoio adicional para garantir a continuidade do processo, bem como para facilitar o envolvimento dos outros Chefes de Estado.

A Bienal compreendeu cinco eixos principais: o Fórum dos Parceiros, o Fórum das Ideias, o Fórum da Juventude, o Fórum da Mulher e o Festival das Culturas. Esses eixos criaram uma plataforma para a diversidade cultural e unidade africana, assim como um espaço para a constituição de parcerias inteligentes, sustentáveis e inovadoras, proporcionando também trocas internacionais e entre países africanos, bem como reflexões sobre o futuro de África, para a disseminação de boas práticas e soluções para a prevenção de crises e resolução e alívio de conflitos.

FÓRUM DE PARCEIROS

Com o objetivo de mobilizar parcerias, este Fórum formou a Aliança dos Parceiros para a Cultura de Paz em África, tendo por objectivo essencial mobilizar recursos para a implementação de intervenções em todo o continente e a sua diáspora, com o fim de promover a paz.

Os participantes agradecem aos parceiros e patrocinadores que fizeram o esforço de se juntar a este evento, reconhecem este mecanismo como parte integral da Bienal de Luanda e convidam outros parceiros e patrocinadores a envolver-se e apoiar as diferentes iniciativas.

FÓRUM DE IDEIAS

Reconhecendo que este Fórum constitui uma plataforma de diálogo sobre boas práticas e soluções comprovadas para a promoção da paz nas áreas de Educação, Cultura, Ciências, Comunicação e Informação e sobre o Tema do ano da União Africana concentrando-se em soluções sustentáveis para pessoas deslocadas, migrantes e refugiados;

Os participantes agradecem aos painelistas e moderadores que animaram as sessões e compartilharam as suas experiências e exortam as diferentes partes interessadas a apoiar a realização das seguintes acções:

Prevenção da violência e resolução de conflitos através da Cultura e Educação

1. PROMOVER conteúdos e abordagens educacionais informais, formais e não-formais intersectoriais que respeitem a diversidade cultural, os valores da paz e da tolerância e forneçam espaços de diálogo e "convivência", incluindo necessidades específicas de pessoas e minorias vulneráveis;
2. Constatando que milhões de crianças em idade escolar estão fora da escola e que 9 em cada 10 crianças no ensino primário em África não alcançam os níveis mínimos de alfabetização e literacia; e que muitas meninas continuam a abandonar a escola precocemente, pedimos aos governos e organizações internacionais a ADOPTAR e apoiar abordagens que promovam a utilização de tecnologia de ponta do século XXI como um meio de melhorar o ensino e a aprendizagem, bem

como a atender às necessidades de alfabetização e aprendizagem de grupos marginalizados que não beneficiaram do ensino formal.

3. Observando que a diversidade cultural e a valorização da cultura africana são essenciais para promover a auto-estima e a noção do pan-africanismo, instamos os países a desenvolver e IMPLEMENTAR políticas culturais inclusivas que garantam a preservação do património cultural material e imaterial, para promover a diversidade de expressões culturais e o acesso às práticas culturais e artísticas.
4. Continuar a APOIAR e promover artistas africanos e eventos culturais que, como parte de sua responsabilidade social, promovem o diálogo e uma cultura de paz, especialmente entre os jovens;
5. Promover o conhecimento cultural endógeno, tradições e formas de expressão cultural e artística que constituem mecanismos existentes de prevenção e gestão de conflitos;
6. Proporcionar um ambiente tecnológico e financeiro favorável ao reforço das indústrias culturais e criativas africanas e um empreendedorismo digital inclusivo que reflita a diversidade cultural e linguística do continente.

Prevenção de conflitos por recursos naturais

1. Melhorar o conhecimento sobre a compatibilidade e o uso sustentável dos recursos naturais a nível mundial e transfronteiriço e, em particular, dos locais do património mundial da UNESCO, reservas da biosfera e geo-parques, através do fortalecimento do conhecimento tradicional e indígena.
2. Observando que vários conflitos importantes no continente estão relacionados a ecossistemas transfronteiriços, particularmente nas regiões do Sahel, Grandes Lagos, Lago Chade e Bacia do Congo, incentivamos os Estados a fortalecer ainda mais a colaboração entre os países afectados para garantir o gerenciamento sustentável desses recursos naturais.
3. Nesse sentido, encorajamos os parceiros do sector privado, a cooperação para o desenvolvimento e as sociedades civis, a aumentar o seu empenho para estabelecer mecanismos de financiamento endógenos inovadores e sustentáveis para a gestão dos recursos naturais em África.
4. Reconhecendo que a abundância geológica e mineral de África é uma das principais riquezas do continente, e ao mesmo tempo a fonte dos inúmeros conflitos, instamos os países, a Comissão da União Africana e a ONU a desenvolver mecanismos nacionais e regionais para a gestão transparente das indústrias extractivas, incluindo o desenvolvimento e a aplicação de quadros regulatórios e operacionais de consulta.

Gestão de água e vulnerabilidade costeira

Reconhecendo que os oceanos, rios e lagos saudáveis são essenciais para uma África pacífica e próspera, os participantes recomendam à UNESCO, à Comissão Oceanográfica Intergovernamental e aos países que apoiem:

1. No estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os países para aumentar o conhecimento técnico-científico institucional em gestão de água e saneamento.
2. Na promoção e adopção de políticas e intervenções holísticas e baseadas na ciência, incentivando a criação de estruturas multi-sectoriais, o reforço da pesquisa científica e da política de informação.
3. No desenvolvimento de programas para a expansão do conhecimento e sensibilização da população sobre a questão da vulnerabilidade e segurança social, nas suas dimensões económica, social e ambiental.

4. Na expansão do conhecimento e a sensibilização sobre as mudanças climáticas como uma questão de segurança humana, nas suas diversas dimensões económicas, sociais, ambientais, invocando a participação de governos, sociedade civil e o mundo académico.

Tema do ano da União Africana: refugiados, repatriados e pessoas deslocadas em África: rumo a soluções sustentáveis para a deslocação forçada

Com vista a acelerar a implementação da Agenda 2063 e do roteiro da União Africana sobre Medidas Práticas para o Silenciamento de Armas em África até 2020, em particular no que diz respeito aos refugiados, retornados e populações deslocadas em África, instamos os Governos a tomarem as seguintes medidas:

1. Adotar medidas, quadros legais e políticas públicas que tenham em conta as questões de género na gestão do apoio aos refugiados a nível local e nacional, abordando a violência contra a mulher e o tráfico de pessoas, em colaboração com os países de origem, trânsito e destino;
2. Aumentar o investimento nacional e público na disponibilização de abrigos, instalações adequadas de abastecimento de água e de saneamento básico, serviços de saúde e de educação de qualidade (que incluem o uso das TICs) e serviços de acolhimento de crianças e outros serviços que tenham em conta as questões de género em zonas urbanas e rurais para refugiados e deslocados, acrescidos de esforços a longo prazo para garantir o direito à habitação, à terra e à propriedade;
3. Priorizar a ratificação, adopção e implementação de quadros legais e políticos mais importantes, em particular a Convenção de Kampala e o Protocolo de Maputo, bem como estabelecer um mecanismo de revisão anual para monitorar e controlar o cumprimento das recomendações, a fim de melhorar a protecção das mulheres e crianças e eliminar práticas prejudiciais que exacerbam a sua vulnerabilidade em situações de deslocação;
4. Adotar processos, práticas e estruturas eficazes para mitigar e gerir os efeitos da mudança climática e reduzir os danos potenciais associados ao deslocamento relacionado às alterações climáticas, incluindo sistemas de protecção social que reforcem a resiliência das mulheres e das crianças deslocadas;

Mídia livre, independente e pluralista para promover a paz e o desenvolvimento em África.

1. Registando com profunda preocupação, que, de acordo com a UNESCO, mais de 86% dos casos de inquéritos de assassinatos de jornalistas em África continuam pendentes (2006-2018), recomendamos a todos os governos e organizações internacionais para que apoiem actividades de capacitação de funcionários judiciais (juízes, procuradores, advogados) no que tange a liberdade de expressão e a padrões de segurança de jornalistas para promover a paz e o Estado de direito.
2. Reconhecendo como o acesso à informação e bases de dados públicos pelos cidadãos reduz a corrupção e permite a maior responsabilização e prestação de contas; reconhecendo ainda que os 20 países africanos que adotaram a legislação de acesso à informação (AAI), pedimos aos Governos africanos que adoptem legislação relativa ao acesso à informação como meio de promoção da liberdade de expressão e da paz em África.
3. Tendo em mente a crescente popularidade das mídias sociais, como também os perigos decorrentes da desinformação que ameaçam a paz no continente africano, recomendamos ainda aos governos, às organizações internacionais e à sociedade civil que invistam no empoderamento das pessoas para que pensem de modo crítico sobre as informações que recebem por meio dos programas de alfabetização mediática e informacional (AMI).

Processo de Baku: promovendo o diálogo intercultural para a segurança humana, a paz e o desenvolvimento sustentável

O Processo de Baku, que é uma plataforma mundial para a promoção do diálogo intercultural e acontece de dois em dois anos no Azerbaijão, manifesta a sua intenção de se aliar à Bienal de Luanda para criar sinergias que beneficiem ambas as iniciativas.

FÓRUM DAS MULHERES

1. Reconhecendo a necessidade de construir sociedades pacíficas e verdadeiramente inclusivas, reconhecendo que o cumprimento dos direitos humanos das mulheres e meninas é sistematicamente retardado ou violado, apelamos a todos os Estados africanos para que intensifiquem o desenvolvimento e a implementação de políticas inclusivas e transformativas de género que abordem a vulnerabilidade das mulheres e meninas à violência, bem como a advocacia e educação contra práticas e normas culturais, sociais e políticas que perpetuam a vulnerabilidade das mulheres e meninas à violência;
2. Reconhecendo que a educação é fundamental para a inclusão e a equidade, instamos especificamente aos Governos para que apoiem os programas de mulheres e meninas para promover o seu acesso à educação inclusiva e de qualidade, incluindo a redução da sua vulnerabilidade à violência baseada no género;
3. Reconhecendo o papel crucial que as mulheres africanas desempenharam e continuam a desempenhar como agentes e promotoras da paz no continente; agravada pelo reconhecimento limitado de seu potencial para conter a violência e, como tal, ser parte integrante dos processos de tomada de decisão relacionados à paz;
4. Nós, participantes da Bienal, propomos uma maior coordenação entre as agências da ONU (em particular entre a UNESCO e a ONU-Mulher), a União Africana e organizações regionais e nacionais de mulheres e redes da sociedade civil.
5. Propomos a organização de uma conferência subsequente a este Fórum, para a partilha de experiências e boas práticas sobre paz e a não-violência, bem como a realização de pesquisas orientadas sobre liderança das mulheres, os métodos de prevenção de conflitos e sobre o papel das mulheres, inclusive nos média, na promoção e construção de uma cultura de paz.

África Global: Reflexões sobre a presença africana no mundo

Os participantes recomendam:

Em conformidade com o seu mandato, a UNESCO irá prosseguir no apoio ao reconhecimento, valorização e promoção da contribuição, a nível técnico, científico, cultural e humano, do povo afrodescendente na construção de uma nova sociedade mundial, expandindo o seu programa educacional baseado na História Geral de África, de material didático e escolar, e, outros materiais de ensino, em particular através da educação não formal e informal, do ensino superior, como também através da informação destinada ao público em geral.

1. A todos os Estados africanos envolvidos, apelamos a que promovam activamente, a adopção e integração da História Geral de África nos seus respectivos sistemas de educação e currículos intersectoriais.
2. À União Africana e às suas organizações sub-regionais recomendamos a adopção de resoluções pertinentes que vinculem os Estados-Membros a promover as relações entre África e os afrodescendentes em todo o mundo e apoiar à colaboração intercontinental para a promoção dos direitos humanos dos afrodescendentes.
3. A todos os Estados, organizações da sociedade civil, organizações intergovernamentais, organizações e redes que trabalham para promover os direitos humanos, recomendamos a promoção de políticas públicas e intervenções para a eliminação do racismo e da discriminação racial, para a protecção dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana e o estabelecimento de mecanismos de revisão anual para monitorar a promulgação de tais políticas

FESTIVAL DE CULTURAS

Complementando os Fóruns intelectuais a Bienal de Luanda, criou oportunidade de divulgar manifestação e produtos culturais de 16 países, nomeadamente, África do Sul, Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Coreia do Sul, Cuba, Egipto, Etiópia, Itália, Ruanda, Mali, Marrocos, Namíbia, Portugal e República do Congo reunindo mais de 200 artistas, grupos musicais e culturais de várias modalidades. O Festival registou uma média de 1400 visitantes por dia.

Para além do entretenimento, o Festival de Culturas proporcionou uma oportunidade de celebrar a diversidade africana e de outras regiões, criando assim interacções entre as diversas culturas e os espectadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, os participantes recomendam que se estabeleça um Comité para monitorizar a aplicação destas recomendações.

Agradecemos a todos os Parceiros que tornaram possível a realização da 1.ª edição da Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, nomeadamente a ENI, Total, Banco BNI, Royal Air Maroc e todos os outros patrocinadores pelo seu apoio e empenho que tornaram possível este notável evento.

Agradecemos a todos os organizadores, aos seus colaboradores, aos intérpretes, aos meios de comunicação social, aos fornecedores de refeições, transportes, pelo seu profissionalismo e empenho ao longo dos 5 dias deste evento.